

ARQUITETURA DA VIOLÊNCIA

A ARQUITETURA ANTIMENDIGO COMO EURECA DA REGENERAÇÃO URBANA

Sonia Maria Taddei Ferraz¹

Julia Silva Benayon²

Leticia Lyra Acioly³

Luiz Gustavo Campos Rosadas⁴

Paula Ramos C. C. de Mendonça⁵

Resumo

As reflexões aqui apresentadas são parte da produção do grupo de pesquisa Arquitetura da Violência e estão particularizadas na análise dos efeitos reais e

¹ Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. sonia_tferraz@uol.com.br

² Arquiteta e Urbanista. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. juliabenayon@gmail.com

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Bolsista de Iniciação Científica – UFF. leticialyra@id.uff.br

⁴ Arquiteto e Urbanista. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Bolsista CAPES. gustavorosadas@yahoo.com.br

⁵ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Bolsista de Iniciação Científica – FAPERJ. paularccm@gmail.com

simbólicos da relação entre as formas atuais de reprodução do capital imobiliário e a multiplicação da *arquitectura antimendigo* como estratégia de expulsão dos mendigos/sem teto de áreas nobres das cidades globais, durante estratégicos processos de gentrificação e de regeneração urbana.

Palavras-chave: Globalização, Gentrificação, Exclusão

Resumen

Las reflexiones que aquí se presenta hacen parte de la producción del Grupo de Investigación Arquitectura de la Violencia y son particularizadas en el análisis de los efectos reales y simbólicos de la relación entre las formas actuales de reproducción del capital inmobiliario y la multiplicación de *arquitectura antimendigo* como estrategia de expulsión de los mendigos/sin techo de áreas nobres de las ciudades globales por estratégicos procesos de gentrificación y regeneración urbana.

Palabras clave: Globalización, Gentrificación, Exclusión

Introdução

O novo milênio aponta para um crescimento mundial da população vivendo nas cidades, considerando que metade da população mundial vive em aglomerados urbanos. Estima-se que, em 2050, a taxa de urbanização no mundo chegará a 65%.

[...]

Nossas vivências nas cidades, na busca para criar as condições necessárias para vivermos em harmonia, paz e felicidade, têm combatido os modelos de sociedade com elevados padrões de concentração de riqueza e de poder, usufruídos por um reduzido número de pessoas e aglomerados econômicos. E temos enfrentado os processos acelerados de urbanização, que contribuem para a depredação do meio ambiente e para a privatização do espaço público, gerando empobrecimento, exclusão e segregação social e espacial (Scalise, p. 25-32).

As reflexões aqui apresentadas fazem parte da produção do grupo de pesquisa Arquitetura da Violência⁶ a qual, inicialmente, foi orientada, para a investigação das relações entre a crescente violência e o *redesenho* de novo padrão funcional e formal de arquitetura particularizado nas habitações de alta renda nos maiores centros urbanos nacionais. O seu atual desdobramento implica na orientação das análises para as intervenções de segurança urbana que atacam, antes de tudo, as favelas e a população sem teto.

A constante agudização da sensação de violência e do medo nas cidades, nos últimos anos, e o lugar central que essas questões têm ocupado na mídia, no mercado e no senso comum, tem levado a pesquisa a uma trajetória ininterrupta. Mantendo seu eixo central, diversas vertentes de análise foram abertas relacionadas à produção e à apropriação dos espaços e às sucessivas modificações resultantes do quadro instado pelos conflitos de classes que operam nas cidades.

A ideia é trazer para a discussão os efeitos reais e simbólicos da relação entre atuais formas de reprodução do capital imobiliário e a multiplicação da *arquitetura antimendigo* como estratégia de expulsão dos sem teto de áreas nobres das cidades, durante estratégicos processos de gentrificação e de regeneração urbana com base nas reflexões de Neil Smith.⁷

Será, portanto, a *arquitetura antimendigo* o nosso objeto privilegiado de observação. Trata-se de uma arquitetura extremamente hostil e desumanizada, constituída de elementos/artefatos implantados ou construídos para o fechamento de vãos/espacos das cidades e dos edifícios. Subtração ao direito coletivo à cidade, essa prática, que se proliferou no mundo nos últimos anos, é

⁶ O grupo de pesquisa *Arquitetura da Violência*, vinculado ao Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, foi criado em 2000 com o apoio financeiro da FAPERJ-Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Participa da Rede de Laboratórios de Políticas Públicas do Rio de Janeiro – Projeto Pronex/IPPUR.

⁷ O material de análise sem referências faz parte do acervo da pesquisa.

um contundente exemplo das intervenções da limpeza urbana nas grandes e médias cidades globais: os bancos antimendigos, os espetos e gradis sobre muretas e soleiras, o paisagismo espinhoso, os pedregulhos nos preenchimentos de vãos urbanos, entre outros, como serão mostrados posteriormente.

A implantação e generalização da *arquitetura antimendigo* pode ser encontrada não só em âmbito local, como em âmbito mundial. Esses artefatos vêm se tornando cada vez comuns, seja em países do Primeiro ou do Terceiro Mundo, em pequenas cidades ou em metrópoles e megalópoles globais.

A mídia, com discursos correntes que atribuem, sistematicamente, a violência aos pobres e miseráveis, tem ajudado a alavancar a *arquitetura antimendigo*, com enunciados que reforçam a urgência da diversificação das estratégias de autoproteção e proteção patrimonial contra a possível delinquência de qualquer tipo. O mercado imobiliário capitaliza o pânico traduzindo-o em apelos e ampliando a necessidade de diversificação de materiais, equipamentos e serviços, ampliando ainda o faturamento desse ramo de negócio:

26/07/2015 – O Globo

“Medo faz segurança privada crescer 30% em 1 ano”

“Firma monitora mais de 5 mil clientes e blindagem de carro deixou de ser exclusiva”

Igor Mello

A mídia retrata e representa a pobreza por uma estética que a padroniza, estandardiza, o que serve para consubstanciar sua indesejabilidade, como na matéria abaixo:

23/02/2014 – Campo Grande News

“Aumento no número de moradores de rua reflete na criminalidade da Capital”

Mariana Lopes



Maioria dos moradores de rua pratica furtos para sustentar os vícios⁸

(Foto: Marcos Ermínio)

À criminalização tem sido somada estratégias de proteção cujo cerne das ações é pautado pela repulsa contra o *resto* da população, por movimentos de segregação e anulação do OUTRO: avanço das instalações privadas de proteção sobre o espaço público, extrapolação das muralhas e grades habitacionais e instalação de *artefatos antimendigo*, subtraindo o direito coletivo à cidade.

A repulsa e anulação do OUTRO também é acentuada pelo preconceito contra a aparência real e simbólica dos sujeitos. Há os que assumem a representação estética da sua origem, dependendo da ocasião e do momento. Uma aparência que pode ser representada de modo sutil ou de maneira notável, com o objetivo de destacar as identidades, expressar poder de classe ou garantir a

⁸ Em texto anterior publicado nos Cadernos Metrópole nº 32, intitulado “*Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os sem teto: moradores ou transgressores?*”, colocamos em questão da designação “morador de rua”, que o naturaliza na sua condição de “sem-teto” instituindo o mito de que, apesar de não ter casa, a população sem teto “mora”, o que esvazia a natureza conflitante das relações sociais que operam nas cidades como as razões reais da exclusão econômica e social.

camuflagem na multidão. Mas, para outros, como aponta Delgado, a representação não é uma opção. Há os que não podem escolher a estética, o que faz deles seres marcados por “todo el peso de la ideologia que los reduce permanentemente a la unidad y les fuerza a permanecer a toda costa encapsulados en ella” (2011, p. 61).

São traços característicos dos mendigos e/ou sem teto, que os identificam como indesejáveis, inaceitáveis, forasteiros, inválidos, dissidentes, degradados, e sem recursos para dissimular sua condição. Daí, “quedan colocados en un estado de excepción que los inhabilita total o parcialmente para una buena parte de intercambios comunicacionales” (Delgado, *ibid.*).

A consolidação desta perspectiva excludente e da correlação entre miséria, pobreza e insegurança, produz um desejo quase consensual e crescente de combate à criminalidade, que justifica a superposição entre medidas e políticas de segurança para as elites e desrespeito aos plenos direitos das classes pobres e miseráveis à cidade. Nesse sentido, as severas intervenções de limpeza urbana/humana são, como afirma Mike Davis⁹: “no mundo inteiro o último estágio alcançado pelo inveterado conflito entre ricos e pobres pelo direito à cidade”.

Acompanhando as afirmações de Davis que refutam o senso comum, nossa premissa nesta reflexão é de que a violência nas cidades é antes provocada pelo visível aumento da concentração de riquezas do que pela imensa pobreza dela resultante.

Cidades Globais – um projeto para o capital

⁹ 2005

Autores como Otávio Ianni e Zygmunt Bauman fazem, cada um à sua vez, análises que ajudam a melhor perceber a *hostilidade*, a *indesejabilidade* e a *repulsa*, que se espalhou pelo mundo, como a lógica natural da contraposição entre acumulação dos grandes capitais financeiros e a perversa pobreza dela resultante.

A reterritorialização do globo, nos moldes capitalistas, universaliza as culturas, tornando o que era local, mundial, trazendo para diversas cidades uma polifonia de interesses e expressões. As cidades assimilam características de outras localidades e assim, novos problemas e percepções. Para Ianni (2014, p. 66)

A cidade pode ser um caleidoscópio de padrões e valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, modos de vestir e alimentar, etnias e raças, problemas e dilemas, ideologias e utopias. Algumas sintetizam todo o mundo, diferentes características da sociedade global, tornando-se principalmente cosmópoles, antes do que cidades nacionais. E há as que adquirem as marcas do outro mundo; mesmo que pertencendo ao Primeiro Mundo acabam por assimilar traços do Terceiro Mundo.

Por assimilar esses traços do Terceiro Mundo, o Primeiro Mundo passou a bloquear e a dificultar o acesso a seus territórios, criando leis que ampliam a separação, ao mesmo tempo em que desfrutam da abertura e livre acesso para seus habitantes. Como ilustra Bauman (1999, p.97)

Para os habitantes do Primeiro Mundo – o mundo cada vez mais cosmopolita e extraterritorial dos homens de negócio globais, dos controladores globais da cultura e dos acadêmicos globais – as fronteiras dos Estados foram derrubadas, como o foram para as mercadorias, o capital e as finanças. Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros constituídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de “ruas limpas” e “tolerância zero” ficaram mais altos; os fossos que os separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que se tenta atravessá-las, revelam-se pontes levadiças.

É a partir daqui que se explicitam a exclusão, intolerância e repulsão do outro, do que é diferente. Essas leis e mecanismos, já comumente usados em alguns locais em decorrência dos problemas geohistóricos de cada região, se tornam mais contundentes na cidade global, onde se encontra o que Ianni (2014, p. 67) chama de subclasse

[...] uma categoria de indivíduos, famílias, membros das mais diversas etnias e migrantes, que se encontram na condição de desempregados mais ou menos permanentes. São grupos e coletividades, bairros e vizinhanças, nos quais reúnem-se e sintetizam-se todos os principais aspectos da questão social como questão urbana: carência de habitação, recursos de saúde, educação, ausência ou precariedade de recursos sociais, econômicos e culturais para fazer face a essas carências; desemprego permanente de uns e outros, muitas vezes combinado com qualificações profissionais inadequadas às novas formas de organização técnica do processo de trabalho e produção; crise de estruturas familiares; tensões sociais permanentes, sujeitas a explodirem em crises domésticas, conflitos de vizinhança, *riots*.

Esse grupo representa o nível de desigualdade a que as cidades globais podem chegar. Tão logo, essa subclasse se forma, é fundamental diferenciá-la, separando-a dentro da estrutura social local. Não podem e nem serão tratados dentro das mesmas regras de convivência das outras classes presentes. Dentro dessa diferenciação subclasse x classes vigentes, podemos acrescentar e comparar o que Bauman (1999) chama de turistas x vagabundos. Os turistas são aqueles que têm a liberdade de ir e vir sem serem questionados, sendo desejados por onde passam. Já os *vagabundos* são “viajantes aos quais se recusa o direito de serem turistas. Não se permite nem que fiquem parados (não há lugar que lhes garanta permanência, um fim para a indesejável mobilidade) nem que procurem um lugar melhor para ficar” (Idem, p.101).

O almejado em uma sociedade de “turistas”, segundo o autor, é a eliminação de todo e qualquer “vagabundo”: não ser obrigado a essa convivência, a vê-los diariamente e lembrá-los do medo que possuem:

E assim o vagabundo é o pesadelo do turista, o “demônio interior” do turista que precisa ser exorcizado diariamente. [...] Enquanto varre o vagabundo para debaixo do tapete – expulsando das ruas o mendigo e sem-teto, confinando-o a guetos distantes e “proibidos”, exigindo seu exílio ou prisão – o turista busca desesperadamente, embora em última análise inutilmente, deportar seus próprios medos. Um mundo sem vagabundos será um mundo no qual Gregor Samsa jamais passará pela metamorfose em inseto e os turistas jamais acordarão um dia na pele de vagabundos. Um mundo sem vagabundos é a utopia da sociedade dos turistas. A política da sociedade dos turistas pode ser em grande parte explicada – como a obsessão com “a lei e a ordem”, a criminalização da pobreza, o recorrente extermínio dos parasitas etc. – como um esforço contínuo e obstinado para elevar a realidade social, ao nível dessa utopia”. (Bauman, 1999, p.106).

Para fazer vingar este novo modelo de *ciudades globais*, o principal instrumento dos poderes locais tem sido o *planejamento estratégico*, calcado, entre outros, na cooperação público-privada e nos grandes projetos de desenvolvimento e embelezamento urbano vinculados aos megaeventos internacionais que estimulem o turismo em larga escala.

Na visão de Castells e Borja (1996, p. 152-153), na apologia que fazem desse modelo:

As cidades vêm ganhando, nas últimas décadas, um protagonismo inegável tanto no que se refere à vida cotidiana dos cidadãos — na recuperação do patrimônio, na promoção de grandes transformações urbanísticas, criação de empregos, serviços básicos etc. — quanto no que diz respeito às relações internacionais — atraindo investimentos, promovendo o turismo e grandes eventos, participando ativamente de fóruns mundiais etc. A cidade assume definitivamente centralidade na criação e dinamização de bens simbólicos e no bem-estar de sua população”.

Mesmo autores que prestigiam o modelo e suas cartilhas reconhecem que existem *dificuldades* para a distribuição democrática dos benefícios

decorrentes desses planejamentos estratégicos. Por exemplo, assim descreve Giddens: (2005, p.25):

[...] a globalização está destruindo culturas locais, ampliando desigualdades mundiais e piorando a sorte dos empobrecidos. (...) cria um mundo de vencedores e perdedores, um pequeno número na via expressa para a prosperidade, a maioria condenada a uma vida de miséria e desesperança” (2005: p.25).

Com a linha de pobreza definida em 1,90 dólares por dia¹⁰, a desigualdade e a pobreza permanecem concentradas na África Subsaariana e sul da Ásia, que representam metade dos pobres. Apesar de a previsão para 2015 ser de diminuição da pobreza global, para menos de 10% da população mundial¹¹, a estimativa é de que, em 2016, a renda de 1% dos mais ricos supere a renda total dos 99% mais pobres¹². Na América Latina e Caribe, a extrema pobreza já mostra tendência de alta, e o risco é de que milhões de pessoas caiam na pobreza.¹³ Algumas notícias recentes também apontam esse aumento da pobreza e do número de sem-teto em diferentes partes do mundo:

“Globalização avança e amplia desigualdade, diz economista” (Folha de São Paulo - 18/07/2015)

“Los Angeles decreta emergência após aumento drástico de moradores de rua” (BBC – 08/10/2015)

“Audiência na Câmara Municipal discute o aumento da quantidade de moradores de rua em BH” (Jornal da Alterosa 2ª edição – 06/10/2015)

“Em quatro anos, sobre 10% número de moradores de rua em São Paulo” (Folha de São Paulo – 08/05/2015)

“Risco de retrocesso – Banco Mundial alerta que 241 milhões de latino-

¹⁰ Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030>. Último acesso 04/12/2015

¹¹ Idem

¹² Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/01/em-2016-grupo-com-1-dos-mais-ricos-do-mundo-vai-superar-os-99-mais-pobres-3617.html>. Último acesso 04/12/2015

¹³ “Risco de retrocesso”. *O Globo* – 22/11/2015.

Este é, portanto, o quadro que se desenha para alavancar as novas formas de acumulação: sua centralidade no capital imobiliário urbano, que se nutre da gentrificação. Inegavelmente, esse modelo não reduz a desigualdade e a marginalidade e não dinamiza o bem-estar da população de forma homogênea como acreditam Castells e Borja (1996).

É nesse contexto das cidades globais que se produz a extrema desigualdade. Ela inspira a intolerância, a discriminação, a opressão, ela recobre o ser humano de seus vícios e legitima suas ações perversas. A violência urbana é a explosão do processo brutal ao qual passam as cidades, ela reflete toda a discriminação e a segregação impostas aos não desejáveis.

A materialidade dessa intolerância e rejeição são esses artefatos contra mendigos e sem-teto. E eles se encontram em todo o globo, legitimados pelo medo e ojeriza ao outro, quase não percebidos pelos olhares corriqueiros dos passantes, mas logo impostos ao primeiro sinal de permanência indesejável.

Cidades globais: espacialização da acumulação e miséria

Em seu livro ‘Livres Acampamentos da Miséria’, Martins (1993:37) aponta que, “ao final da década de 1980, a utilização de espaços ociosos e do vão de viadutos como locais de moradia assinalava muito bem o agravamento dos problemas habitacionais” nas cidades, o que foi certamente provocado pela recessão econômica da década de 1970, quando *nasceram* as cidades globais como espaços de realização da economia neoliberal, como aponta Sassen (2015 *apud* Smith, p. 250):

Las ciudades globales surgieron en la década de 1970, cuando el sistema financiero global se expandía dramáticamente y la inversión extranjera directa ya no venía dominada por el capital invertido directamente en funciones productivas, sino más bien por el capital que circulaba dentro y entre los mercados de capital.

Bom exemplo das ocupações mencionadas por Martins são reveladas pela foto de um sem teto que se abriga sob a cúpula do Congresso Nacional em Brasília e pelas duas matérias abaixo publicadas num período de quase dez anos:



Foto Diana Joels, 2006

<p><i>A Favela Anacleto, no Proj. de Brasília. Já haviam crescido a vista</i></p> <p><i>Comunidade Agrícola de Higienópolis, projeto urbanístico abandonado</i></p> <p><i>Imagem de satélite do bairro de Marquise, com o rio de São Paulo</i></p> <p>O Globo, 09/08/1992 : A miséria tomou posse dos vãos dos viadutos</p>	<p><i>Fabiano e Rosemary vivem na Almirante Barroso há 8 anos</i></p> <p><i>Jurandir e Waldo catam papelão e latas para sobreviver</i></p> <p>Marquise, o lar Papelão, a cama</p>
<p>Jornal do Brasil, 26/07/2001, 1ª página</p>	

Com o aprofundamento desse processo, as urbes globais sofrem os impactos das receitas neoliberais desde o início da década de 1990, assim como dos

numerosos casos apresentados como de regeneração urbana e os seus impactos de gentrificação.

Sobre a *regeneração*, é necessário chamar a atenção para o fato de que o termo altera o sentido desse processo, mascarando o caráter excludente e naturalizando a migração dos habitantes para as regiões periféricas. Smith (2006, p. 83) ressalta que

Há também a questão da eufemização da linguagem da *regeneração*. Para começar, de onde vem essa linguagem? Um termo biomédico, aplicado a espécimes de plantas, espécies ou grupos de espécies – um fígado ou uma floresta podem se regenerar – por isso sua aplicação metafórica é muito reveladora. Ainda que a linguagem da regeneração tenha sido sempre utilizada para descrever a cidade, ele só se firmou realmente com os neoliberais anos noventa. O que implica que a gentrificação estratégica da cidade é verdadeiramente um processo natural. Assim, os arautos da estratégia da regeneração mascaram as origens sutilmente sociais e os objetivos da mudança urbana, apagam as políticas de ganhadores e perdedores de onde emergem tais linhas de ação. Assim, um segundo silêncio sistemático é o dos perdedores. É historicamente e não acidentalmente que a gentrificação está associada ao aumento das expulsões e dos sem teto, e ainda assim este importante efeito da regeneração passa completamente em silêncio. Falta, no discurso da *regeneração urbana* – desde o manifesto britânico à conferência de Paris – levar em conta o destino das pessoas deslocadas ou postas na rua graças a uma reconquista da cidade em tão grande escala.

Com relação à *gentrificação*, Smith (2000, p. 135), autor que cunhou o termo a partir da realidade inglesa, insiste que são processos de expansão econômica que ocorrem por meio da [diferenciação interna do espaço geográfico], operando nas fronteiras urbanas, em diferentes escalas, de maneira espacialmente desigual e socialmente excludente. Para Smith (ibid.), a condição de *sem teto* traz o fardo da invisibilidade e da negação, que acaba por justificar sua expulsão dos espaços da *ordem* urbana. São os mesmos indesejáveis de que fala Delgado.

Smith (2000) afirma que a globalização da gentrificação é a vitória de certos interesses econômicos em detrimento de outros e que a gentrificação é de

caráter classista e racista. Recolher das ruas não seria a única ação, mas impedir que os indesejáveis acessem as regiões mais nobres, através de uma triagem por raça e classe social, também faz parte dessa política escrita na “imagem que as pessoas fazem da cidade” (Idem, p.72).

São processos que passam a conferir uma nova vida às áreas centrais das cidades que eram consideradas degradadas/degeneradas e que recebem vultuosos financiamentos públicos e privados para sua *regeneração*. Um novo estilo em que, como complemento da moradia, somam-se equipamentos próprios à demanda da nova classe. Novos tipos de trabalho, com seus edifícios assinados por arquitetos de grife, parques modernizados, restaurantes com cozinha internacional, cinemas, centros culturais e comerciais: “em resumo, todo um leque de grandes operações na paisagem das áreas centrais” (Smith, 2000, p.72).

Entretanto, esse processo de exclusão tem um significado mais profundo. Os novos espaços serão ocupados por uma classe *gentil*¹⁴ e nobre, de poder aquisitivo elevado, capaz de se comportar de maneira aceitável e com o poder de consumir o que estiver a disposição no espaço gentrificado. Assim sendo, não podem compartilhar do convívio com a nobre e gentil classe de *turistas*, os *vagabundos*, os indesejáveis, forasteiros, inválidos, dissidentes.

Desta forma, em lugar da ocupação dos vãos das cidades, assistimos hoje ao recolhimento dos mendigos e/ou sem teto para abrigos, a sua expulsão intransigente para fora das cidades, assim como a proliferação da *arquitetura antimendigo* em escala mundial, o que expressa a nova concepção de organização urbana global e um novo modelo de cidade que se realiza sob a égide da economia de mercado, de favorecimento do capital especulativo e de

¹⁴ A palavra gentrificação, tem origem no inglês *gentry*; significa *classes média alta e pequena nobreza*. Uma breve investigação etimológica aponta que sua origem vem do francês *genterie*, cujo significado é: *gentil*.

fortalecimento do poder de classe, acentuando o desenvolvimento desigual, como bem sinaliza Neil Smith (1988).

Mendigos e sem-teto removidos, seja pela força, seja pela falta de capacidade de consumir o novo espaço e suas benesses, representam obstáculos à *política da boa imagem*. São como elementos de desequilíbrio na paisagem urbana dos que consomem a cidade e se comportam de acordo com os padrões estéticos da classe. A presença dos mendigos e sem-teto é visualmente uma ameaça à valorização imobiliária, provocando a fúria dos que consomem e/ou lucram com os novos espaços, como bem afirma Smith (2000, p. 73)

A gentrificação produz agora paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem consumir – uma vez que os sem teto foram rapidamente evacuados – e que contribuem para formação de identidades de classe através de um espectro de classes significativo, ainda que de maneiras muito diferenciadas.

Cidades Globais: insegurança e espaço público

No conjunto das suas considerações e apreciações sobre as cidades globais, Castells e Borja colocam em relevo aspectos político-administrativos que consideram como inovadores e, na sua perspectiva, favoreceriam a geração de múltiplos mecanismos de cooperação social e de participação dos cidadãos. O papel promotor do governo local consistiria, em grande medida, em estimular e orientar as energias da população na direção do bem-estar coletivo e da convivência cívica. Três exemplos: emprego; segurança pública e manutenção de equipamentos; serviços e espaços públicos. (1996, p. 165).

Os dois últimos exemplos, no entanto, envolvem as práticas antimendigo em espaços públicos e privados das cidades, o que torna fundamental colocar em

discussão, ainda que brevemente, o significado social da segurança pública e o direito democrático aos espaços públicos.

Abordando a segurança pública no quadro da nova *cidade global*, e Enzensberg, já em 1997 observava que uma nova ordem invadia a segurança dos cidadãos, afirmando que, na medida em que o Estado se colocava incapaz de provê-la, aumentava a demanda privada, multiplicavam as empresas de serviços de segurança e os preços disparavam.

Mais recentemente as parcerias público-privadas foram efetivadas mais claramente, como no caso da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora – as UPPs, no Rio de Janeiro, em 2010. Como exemplo, o jornal O Globo noticiou, em 25/08/2010: “Empresas aderem a fundo para financiar UPPs”. Assim revelava-se a aliança explícita entre Estado e empresariado, com pesada contribuição financeira para manter o programa, e consolidava-se a ideia da responsabilidade compartilhada neste campo minado. Nessas parcerias, não fica logicamente explicitado que o financiamento privado em projetos públicos específicos significa a viabilização de outros muito mais lucrativos. No caso, o financiamento da política de segurança no Rio de Janeiro alavancou e potencializou os lucros do capital imobiliário – central no atual modelo de acumulação.

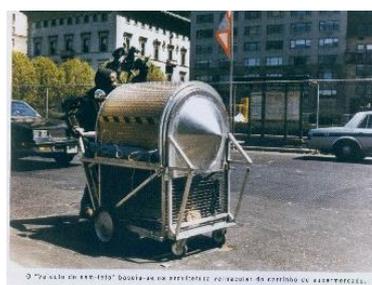
Todo projeto de valorização imobiliária é naturalmente potencializado pelos benefícios de vizinhança, o que inclui além das vias, parques, praças, nível de comércio e serviços, o aspecto estético-humano, ou seja, a frequência próxima nos espaços públicos.

A apropriação dos espaços públicos, no modelo de cidade analisado por Castells e Borja, seria, teoricamente, democrática, já que destinados ao bem-estar comum.

A expressão *espaço público* aponta para o entendimento de que *é de todos e para todos* e, ao mesmo tempo, *não é de ninguém*. Traz em si a potencialidade de ser usufruído por qualquer público. Todavia, os projetos de valorização desses espaços não garantem de fato o acesso irrestrito e equivalente, porque há um projeto de cidade – e de cidadania – orientando decisões políticas e que não são democráticos, mas que acontecem em cooperação com o setor privado que matém seus privilégios financeiros e lucrativos. A direção dos investimentos e da implantação de equipamentos para uso público traz consigo normas implícitas de comportamentos aceitáveis e desejáveis para cada um deles. Assim, embora o discurso faça parecer que o espaço público é para todo e qualquer público, na verdade ele não é.

Os *evacuados* da cidade ficam enfim privados da mobilidade sobre todos os espaços.

Smith (2000, p.134), como exemplo, mostra os carrinhos de sem-teto projetados ironicamente pelo artista plástico Wodiczcko na década de 1980, em Nova York para criticar a questão da mobilidade como um problema central para a população expulsa dos espaços públicos e dos espaços privados do mercado imobiliário.



Cidades Globais: apagar os indesejáveis

Embora os *fenômenos* sejam comprovadamente globais, os exemplos significativos desta análise recairão prioritariamente sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo que a arquitetura seja intitulada como *antimendigo*, ela é orientada para a expulsão de todos os que, sem teto, se instalam nas ruas. Dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro mostram que, de 2010 a 2012, houve um crescimento de 31,25% de pessoas instaladas nas ruas.

Sua expulsão não acontece somente através da *arquitetura antimendigo*, mas, também, através de políticas públicas de limpeza urbana/humana de recolhimento para abrigos, com a perspectiva dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016. Sob essa perspectiva acentuou-se de forma espetacular, principalmente nas áreas nobres da cidade (Zona Sul), as oportunidades para milionários investimentos imobiliários onde acontecem processos acelerados de gentrificação. Assim, alavancava-se a valorização imobiliária de áreas próximas às favelas e/ou varridas da população sem teto, como auxiliares indispensáveis ao processo de gentrificação à *carioca*.

Bom exemplo dessas políticas é o programa *Choque de Ordem*¹⁵, que prometia restabelecer a *ordem pública* na cidade, como registrado no portal de notícias da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA e como revelado abaixo:

¹⁵ Cabe aqui uma observação sobre esses *acolhimentos* como *solução* de moradia, que se resume na transferência dos *acolhidos* para abrigos municipais realizada com apoio da Assistência Social, libertando de culpa tanto a sociedade – acomodada, sustentada pela exclusão - como o poder público – que investe somente em improvisos e não cumpre o seu papel constitucional de garantir moradia digna para todos. Informação disponível no Portal da Secretaria Municipal da Fazenda: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smf/listaconteudo?search-type=assunto&assunto=ordem-publica>, última consulta em 28/07/2012. Diversos *acolhimentos* foram também realizados na zona norte, no bairro da Tijuca que está inserido no anel olímpico de localização de estádios esportivos para os grandes eventos de 2014 e 2016.

Choque de Ordem acolhe 109 moradores de rua na Zona Sul
23/06/2010 - ORDEM PÚBLICA
Choque de Ordem acolhe 11 menores que dormiam no Túnel Velho
14/07/2010 - ORDEM PÚBLICA
Choque de Ordem acolhe 147 pessoas das ruas de Botafogo, Copacabana e Centro
14/05/2010 - ORDEM PÚBLICA
Choque de Ordem acolhe 14 moradores de rua na Zona Sul
10/09/2010 - ORDEM PÚBLICA
Choque de Ordem acolhe 21 moradores de rua em Copacabana
14/04/2011 - ORDEM PÚBLICA
Choque de Ordem acolhe 21 moradores de rua em Copacabana
14/04/2011 - ORDEM PÚBLICA
Choque de Ordem acolhe 30 moradores de rua na Zona Sul
21/08/2010 - ORDEM PÚBLICA
Choque de Ordem acolhe 40 moradores de rua em Copacabana
28/04/2010 - ORDEM PÚBLICA

Essas ações, enunciadas como *acolhimentos* e como *solução digna*, ainda que se resumam à transferência dos *acolhidos para abrigos* municipais, libertam de culpa tanto a sociedade – acomodada, sustentada pela exclusão, como o poder público – que investe somente em improvisos e não cumpre o seu papel constitucional de prover moradia digna para todos. Outra vez, aparece a *eufemização da linguagem*, como trouxe Smith a questão sobre a regeneração urbana, na medida em que as ações foram, ao contrário, de *recolhimento compulsório*. O *acolhimento* tem um sentido afetivo que não cabe, em absoluto, na prática dessas ações.

O recolhimento dos mendigos/sem-teto enunciados como *acolhimento aos moradores de rua* embaçava a truculência das ações, como denunciavam os cartazes de manifestações públicas contra o Choque de Ordem:



Apesar do *esforço* dos poderes públicos, o retorno às ruas chega a 80%, como publicou o Jornal do Brasil, em 21 de janeiro de 2009. É como ensina Manuel Delgado (2011, p.10): “La dispersion de uma miséria crescente que no se consegue ocultar” E seria a tentativa de manter “El control sobre un espacio público”, cada vez menos público soa como uma desumanização, quando comparam o sujeito ao buraco. E soa como contradição, quando lamentam que o choque de ordem não tenha livrado o bairro de ambos, o que é ilustrado pela matéria abaixo:



Buracos e mendigos ainda incomodam moradores de Copacabana

Apesar das operações de choque de ordem, a prefeitura não conseguiu livrar Copacabana, um dos pontos turísticos mais famosos do Rio, de problemas como população de rua e buracos. (...) A população de rua também continua sendo um problema. Na manhã de quinta-feira, apesar da chuva, meninos dormiam na calçada do Cinema Roxy, na Rua Bolívar. Havia ainda menores deitados no Túnel Sá Freire Alvim. [...] Sobre a população na rua do bairro, a Secretaria de Ordem Pública informou que faz operações no início da manhã e à noite e que este ano já foram recolhidas 3.436 pessoas, 791 delas menores. (O Globo Online, sexta-feira, 31 de julho de 2009)

As políticas de choque de ordem foram praticadas sem sucesso, em 2003 e 2004, para *proteger turistas e estrangeiros nas ruas da zona sul*. O jornal O Globo chegou a publicar matéria em que acusava, à época, o poder público de *enxugar gelo*. E foram reeditadas em 2009 e 2010 como apontado acima.

Choque de ordem em Copacabana

Estado e prefeitura começam a retirar camelôs, mendigos e menores das ruas esta semana

Paulo Marquero e Selma Schmidt

As ações conjuntas entre estado e prefeitura dentro do projeto Zona Sul Legal — uma espécie de Tolerância Zero — vão começar por Copacabana, segundo informou ontem o secretário de Segurança Pública, Anthony Garotinho. O trabalho consiste na retirada de camelôs, mendigos e menores das ruas. A data de início do projeto será marcada numa reunião amanhã, com representantes do estado e do município. De acordo com Garotinho, a intenção é começar as ações ainda esta semana.

O secretário disse que a data não foi marcada na reunião de sexta-feira porque o juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude, Siro Darlan, fez ponderações sobre a abordagem aos meninos de rua, um dos pontos principais do projeto. Ontem à noite, o juiz afirmou que só participará do programa se a retirada dos menores for acompanhada de ações de cidadania.

— A abordagem terá de ser respeitosa. O Rio precisa de cidadania, não de faxina. Se for só para retirá-los, sem dar abrigo ou trabalho, não vamos participar — disse Siro Darlan.



POPULAÇÃO DE RUA na Avenida Atlântica: um dos problemas de Copacabana que serão combatidos no projeto Zona Sul Legal

Deputado quer avaliar dispensa de licitação

Ana Cláudia Costa e Ediane Merota

• O deputado Carlos Minc vai pedir informações para saber por que o estado não fez licitação para escolher a Telemar como responsável pela instalação de 500 câmeras no Rio, entre outros sistemas de segurança. Minc quer avaliar se a empresa tem notória especialização no assunto ou se o governo está descumprindo a lei de licitações. O secretário de Segurança, Anthony Garotinho, assina hoje um convênio de R\$ 100 milhões com a Telemar. Segundo Minc, se houver irregularidades, ele entrará com ação popular pedindo a suspensão da operação.

Como também já apontado acima, *arquitetura antimendigo* proliferou no mundo nos últimos anos nas grandes e médias cidades globais, de maneira surpreendente pelo design agressivo, pelo discurso político e pela semelhança entre eles nos diversos continentes, como revelam as imagens abaixo:



Banco inclinado em ponto de ônibus.
Rio de Janeiro, 2014.



Banco inclinado em estação de metrô.
Paris, 2011.



Pedras embaixo de viaduto – Belo Horizonte, Brasil

Fonte: <http://tecnologiapapers.uasiva.com.br/anti-mendigo/>



Pedras embaixo de viaduto – China

Fonte: <http://www.theguardian.com/society/2015/feb/18/defensive-architecture-keeps-poverty-under-and-makes-us-more-hostile>



Banco Itaú
Lucro em 2014: R\$20,242 bilhões

Sem-teto dormindo em vãos de agência bancária.
Rio de Janeiro, 2010.

Fonte: Fernando Oliveira R7



Banco Santander
Lucro em 2014:
R\$5,850 bilhões

Grades em vãos de agência bancária.
Espanha, 2015.

Através das imagens acima, pode-se comprovar como, nas cidades locais e globais, as estratégias e artefatos se assemelham, independentemente da localização geográfica.

Na primeira comparação, observa-se o mesmo tipo de assento (inclinado) para a espera de transporte público: na zona sul do Rio de Janeiro, em 2013, em um ponto de ônibus (situação muito recorrente em toda a cidade) e, em Paris, em uma estação de metrô, em 2011.

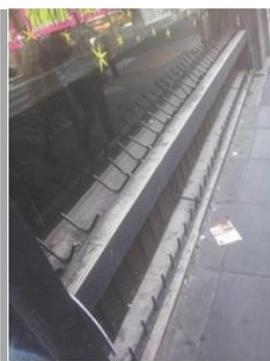
A segunda comparação nos leva ao município de Belo Horizonte, onde o então prefeito, Márcio Lacerda (eleito em 2009) declarou ter implementado as pedras

sob viadutos para proteger os sem-teto das enchentes que poderiam ocorrer, ainda que muitos desses locais não apresentem esse risco. Essa justificativa evidencia a técnica de persuasão utilizada para legitimar a intervenção, das mais hostis que registramos.

Independentemente da justificativa empregada, é surpreendente a semelhança entre a intervenção observada em BH e uma cidade chinesa.

Como terceira comparação, a arquitetura antimendigo instalada nos vãos das soleiras de edifícios bancários [Banco Itaú, no RJ, e Banco Santander, em Madri]. Em diversas cidades do mundo as soleiras entre colunas são espaços comumente utilizados pela população sem-teto para abrigo noturno, o que provoca uma forte expressão simbólica da contradição e oposição econômica. Os elementos instalados são contundentes e absolutamente impeditivos. Assim, também revelam o simbolismo da *intransponibilidade* real para o sem-teto a qualquer instituição bancária.

Abaixo outros exemplos de instalações em edifícios privados, em diferentes cidades revelam a hostilidade permanente do *design*.



Espetos em vitrine comercial.
Buenos Aires - 2014



Feros na soleira de um café.
Sardenha, Itália - 2014



Feros na soleira de uma agência bancária.
Cidade do México - 2012



Banco público com divisórias nos assentos.
Londres - 2014

Fonte: www.cartamaior.com.br/
Artigo publicado em 12/07/2014



Soleira de comércio com spikes.
Londres - 2014

Fonte: www.cartamaior.com.br/
Artigo publicado em 12/07/2014



Mureta de canteiro com divisórias metálicas.
Londres - 2014

Fonte: www.cartamaior.com.br/
Artigo publicado em 12/07/2014



Banco público com nervuras.
Niterói - 2015



Espetos em portão.
Niterói - 2015



Espetos em soleiras de estabelecimentos comerciais. Taubaté - 2015



Spikes em soleira.
Paris - 2015



Espetos em soleiras de comércio.
Taubaté - 2015



Ferros em muro residencial.
Salvador - 2001

A esperada eficiência dessa *arquitetura antimendigo* é para “mantê-los sob controle, fora do campo de ação e de visão, em um espetacular recurso em favor da consolidação da gentrificação” no mundo inteiro, como afirma Neil Smith, e via de regra em nome de uma regeneração urbana:

Expulsos dos espaços privados do mercado imobiliário, os sem-teto ocupam os espaços públicos, mas sua presença na paisagem urbana é contestada com

fúria. Sua visibilidade é constantemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares - para abrigos, para fora dos prédios e parques, para bairros pobres, para fora da cidade, e em direção a outros espaços marginais. As pessoas expulsas também são apagadas pelas desesperadas campanhas pessoais dos que têm casa para não verem os sem-teto, mesmo quando tropeçam em seus corpos nas calçadas. Esse apagamento em curso da visão pública é reforçado pelos estereótipos da mídia que ou culpam as vítimas - e, portanto, justificam sua invisibilidade. (Smith 2000, p. 135).

A fúria contra os excluídos e sua visibilidade atormentadora se expressa pelos inúmeros exemplos, ainda, de ataques *pessoais* contra os sem-teto, naturalizados e justificados ao longo do tempo.

A tentativa de total controle sobre o espaço público gera não só intervenções do poder público para afastar, ou apagar a presença da população sem-teto e se materializam, no espaço público, como símbolo da intolerância e da repulsa de classe.

Segundo Delgado (2011, p.22), a noção de espaço público é, por antonomásia um espaço democrático, diametralmente oposto aos esforços institucionais de remover a presença dos miseráveis, num esforço de apagar suas existências, como já mostrado acima.

No âmbito das práticas privadas, a intolerância e a fúria de que fala Smith podem ser exemplificadas por material recolhido em diferentes periódicos. São discursos que se justificam em nome da requalificação urbana, na medida em ela pode ser entendida ainda por seus outros significados como: reabilitação, purificação, correção ou regeneração. O que pressupõe um estado de degeneração da cidade a ser corrigido e que autorizaria uma ojeriza aos degenerados que sujam o espaço público com sua permanência.

Exemplos contundentes são os depoimentos de uma aposentada condecorada, em 2006, na Assembleia Legislativa do RJ, por sua coragem ao balear um assaltante e, ao receber a condecoração, declarar que *morador de rua deve*

ser deixado no meio do mar (O Globo - 23/10/2006). E de uma vereadora que afirmou que *mendigo não tem o mesmo direito que cidadão* (O Globo - 31/10/2013).

As políticas públicas e as matérias de periódicos adubam a fúria de classe que culmina no extermínio de sem teto, para limpar as áreas mais valorizadas. São exemplos a execução de sem teto com tiros na cabeça enquanto dormiam, a tentativa de jovens de bairro nobre do Rio de Janeiro de enterrar vivo um *sem teto*, o sem teto que foi queimado vivo em Brasília e o assassinato de 31 sem teto em Goiânia. No Brasil, já em 2012, um sem teto era morto a cada dois dias.

Assim, os enunciados midiáticos se encarregam de metaforizar a população sem teto como *moradores de rua* e *invasores*, naturalizando e criminalizando sua condição, como apontado anteriormente. Segundo Smith, “Uma verdade ou um insight revelam-se pela afirmação de que um objeto, evento ou situação compreendido de modo incompleto é outro” (Smith, 2000, p. 141). Por isso, a veiculação de discursos como esse viés estimulam e legitimam os conflitos, a repulsa e as ações de ódio e ataques frequentes contra essa parcela da população por pretensos justiceiros.

Nos últimos três anos [2012-2015] multiplicaram as opiniões de leitores destilando sua fúria, em colunas de jornais, contra a permanência dos *sem teto* nos parques e nas ruas por mancharem a paisagem, sujarem e provocarem cheiro desagradável, além da sempre evocada insegurança.

Dados de 2011 mostravam que (Folha de São Paulo, 17/11/2011): “Rico brasileiro tem a soma da renda de 40 pobres”, quadro este que não foi alterado e, sem dúvida, hoje, as cidades com maior número de intervenções políticas de limpeza humana e ações de justiceiros – Rio de Janeiro, seguida por São Paulo – têm os maiores valores imobiliários do país e estão entre os maiores do mundo.

Assim, vão sendo atendidos, privilegiadamente, os interesses do mercado imobiliário, como auxiliares ao processo de gentrificação, como afirma Neil Smith (2006, p. 83)

É historicamente e não acidentalmente que a gentrificação está associada ao aumento das expulsões e dos sem-teto, e ainda assim este importante efeito da regeneração passa completamente em silêncio. Falta, no discurso da 'regeneração urbana' [...] levar em conta o destino das pessoas deslocadas ou postas na rua graças a uma reconquista da cidade em tão grande escala.

A contestação furiosa que Smith aponta, dado o volume de sem teto que improvisam suas vidas na rua, deixa de ser somente a remoção dos corpos que não se encaixam nos moldes da requalificação urbana. Sua presença no espaço público, altamente valorizado e gentrificável, passa a ser evitada com elementos de design projetados com o objetivo de coibir sua permanência nos locais nobres das cidades.

Nesta perspectiva, desde o início da década de 1990 a arquitetura antimendigo começou a aparecer e com o tempo se tornou numerosa e permanente – naturalizada.

Em 04/09/1994, a Folha anunciava:

Cidade cria arquitetura antimendigo.

Antonio Rocha Filho

Prédios sem marquise, óleo queimado em portas de lojas, e até chuveiros são usados para afugentar pessoas que dormem na rua

Moradores de rua se disseram revoltados com as técnicas usadas para expulsá-los de locais cobertos na cidade.

Em 04/01/2001, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro já anunciava que não toleraria os sem teto nas ruas e os equivalia aos animais, como publicou a Folha de São Paulo:



Em 04/11/2005 o jornal *O Globo* publicou matéria que fazia um quase inventário do que estava sendo instalado para afugentar mendigos e sem teto:

Chuveirinho vira arma para espantar mendigo

SelmaSchmidt

Sem que o poder público encontre uma solução para evitar que moradores de rua ocupem calçadas e outras áreas externas cobertas, a arquitetura antimendigo descamba para o lado da criatividade. Refletores e grades cercando prédios e vãos de viadutos deixaram de ser as únicas alternativas. Na Zona Sul do Rio, começaram a aparecer chuveirinhos improvisados colocados sob marquises. A prefeitura de Niterói optou por fincar pedras pontiagudas na base dos pilares dos viadutos de acesso à Ponte Rio -Niterói, tecnologia apelidada de cama de faquir por motoristas que passam por ali. Já a saída encontrada por agências bancárias foi instalar proteções de ferro para seus degraus.

O poder público, como o prefeito de Belo Horizonte, tem-se valido dessas instalações/implantações de equipamentos que intensificam a representação da repulsa aos degenerados – *arquitetura antimendigo* – materialização do desrespeito ao direito democrático à cidade:

Avenida Paulista terá rampa "antimendigo"

"Rampa tentará impedir concentração de mendigos"
(portal Terra 25/09/05)

Bancos Antimendigos foram instalados em praças e pontos de ônibus em São Paulo;



Breves observações conclusivas

De um lado o poder público faz sua parte distribuindo de forma transparente os *empecilhos* à instalação da população sem teto/mendigos nos espaços públicos das cidades, cumprindo seu papel higienizador e viabilizador da reprodução do capital nas cidades.

O poder privado dos proprietários das áreas nobres tem conseguido, como metáforas da ojeriza de classe, legitimar a instalação da *arquitetura antimendigo* nos limites de suas propriedades, subtraindo de forma definitiva os vãos que abrigavam os banidos.

Assim é que a *arquitetura antimendigo* se tornou, como conjunto de artefatos, a mais eficaz artimanha para expulsar os sem-teto da paisagem *bonita e segura para turista ver*.

Enquanto os veículos dos sem teto em Nova York, mostrados por Smith (2000, p. 135), seriam “uma invenção impertinente que dá aos expulsos o poder de apagar seu próprio apagamento dos espaços de onde foram banidos”, com sua reapropriação política, na medida em que tem a possibilidade do retorno e se representificam corporalmente, a arquitetura *antimendigo* é uma medida de fato silenciosa de apagamento dessa população. Bane mendigos e sem-teto e os representifica somente simbolicamente, através dos elementos construtivos que testemunham sua ausência forçada, compulsória, ou sua existência corporal apagada das ruas de forma definitiva.

O apagamento silencioso e definitivo, sem possibilidade de retomada dos espaços, se constitui efetivamente numa **eureca** (grifo dos autores) como metáfora da *requalificação urbana*. Como afirma Smith, “o uso de metáforas espaciais, longe de proporcionar imagens inocentes e evocativas, na verdade, entra diretamente nas questões do poder social” (Smith, 2000, p. 140).

Serão as ações de resistência contra a pretensa persuasão do fechamento dos espaços públicos, com a sua destemida reocupação, que poderão colocar em relevo a opressão do poder social.



Referências

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENAYON, J. S. Os parques públicos e o lazer na cidade contemporânea: Vende-se Piqueniques. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 2015.

CASTELLS, M. BORJA. J. “As cidades como atores políticos”. In *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, julho, 1996, pp. 152-166.

DAVIS, M. A. (2005). *Escobazo limpio*. Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/articulos/portema/>. Acesso em 8 maio de 2014.

DELGADO, M. *El espacio público como ideologia*. Madrid: Catarata, 2011.

ENZENSBERGER, H. M. Luxo de onde vem para onde vai. In *Folha de São Paulo, caderno Mais!*. São Paulo, 30 de março de 1997.

FERRAZ, S., MACHADO, B. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os sem-teto: moradores ou transgressores? ” In: *Cadernos Metrópole* v. 16, n. 32, pp. 609. São Paulo: EDUC, 2014.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrole - O que a globalização está fazendo de nós*. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

IANNI, O. *A era do globalismo*. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARTINS, A. L. L. *Livres acampamentos da miséria*. Rio de Janeiro, Obra Aberta, 1993.

SCALISE, W. O Espaço Livre Público como Instrumento de Construção e Qualificação da Paisagem Urbana. In *Revista Assentamentos Humanos*, Marília, v3, n. 1, 2001, p. 25-32.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1988.

_____. Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000.

_____. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à 'regeneração' urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. (org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo, AnnaBlume, 2006.

_____. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 21, 2007, pp. 15-31.

_____. Nuevo globalismo y nuevo urbanismo: La gentrificación como estrategia urbana global. In *El mercado contra la ciudad: globalización, gentrificación y políticas urbanas*. Madrid: Ed. Observatorio Metropolitano de Madrid, 2015.

Recebido em: 07/12/2016

Aprovado em: 12/01/2016